



COMENTÁRIOS DA PROVA DE DIREITO ELEITORAL DO TRE/PE
CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

QUESTÃO 31 - O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para:

- A) maiores de setenta e cinco anos de idade.
- B) maiores de dezoito anos de idade.
- C) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos de idade.
- D) analfabetos.
- E) maiores de setenta anos de idade.

Gabarito: B

Comentários

De acordo com a Constituição Federal, o alistamento e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos de idade. Na verdade, a partir da interpretação sistemática, chega-se à conclusão de que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios aos maiores de 18, menores de 70, desde que alfabetizados.

Entretanto, na exata literalidade da norma constitucional, a alternativa B está correta.

QUESTÃO 32 - De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos:

- A) podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.



B) não são obrigados a registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, se, antes, eles adquirirem personalidade jurídica.

C) podem utilizar organização paramilitar.

D) têm autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento.

E) têm, em regra, de pagar pelo acesso ao rádio e à televisão.

Gabarito: D

Comentários

Vamos à análise das alternativas:

A – os partidos, para evitar afronta à soberania nacional, não podem receber recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros, nem subordinar-se a eles. Por essa razão, essa alternativa está errada.

B – Somente após a aquisição da personalidade jurídica com o registro de seus atos constitutivos no cartório de registro civil e de pessoas jurídicas da capital federal, os partidos registram seus estatutos no TSE. Logo, a afirmação está equivocada.

C – em razão do regime democrático de governo, os partidos estão proibidos de adotarem organização paramilitar. Assim, a alternativa está errada.

D – os partidos políticos têm assegurada a autonomia para tratarem sobre sua estrutura interna, organização e regras de funcionamento e, ainda, para definirem os critérios e o regime de suas coligações. Portanto, essa é a assertiva correta.

E – os partidos políticos registrados no TSE têm direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

QUESTÃO 34 - Segundo a CF, são órgãos da justiça eleitoral:

- A) as zonas eleitorais.
- B) os cartórios eleitorais.
- C) os juízes eleitorais.
- D) os colégios eleitorais.
- E) as mesas eleitorais.

Gabarito: C

Comentários

De acordo com a CF, são órgãos da Justiça Eleitoral:

- a) o TSE;
- b) os TRE's;
- c) os juízes eleitorais;
- d) as juntas eleitorais.

Dessa forma, a alternativa C está correta.

QUESTÃO 41 - Acerca da organização e das competências da justiça eleitoral e das regras para alistamento, assinale a opção correta.

- A) Cabe ao juiz eleitoral indicar os demais integrantes da junta eleitoral, vedada a escolha de agentes policiais para esse fim.



- B) Compete ao tribunal regional eleitoral expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- C) O Supremo Tribunal Federal não integra a justiça eleitoral.
- D) O presidente e o vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são, respectivamente, um ministro do Supremo Tribunal Federal e um ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- E) Durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos é facultativo o alistamento como eleitor.

Gabarito: C

Comentários

Vamos à análise das assertivas:

A – a aprovação dos nomes dos cidadãos que comporão as juntas eleitorais é da competência do TRE. Após a aprovação dos cidadãos que tenham notória idoneidade, compete ao Presidente do TRE nomeá-los. Assim, essa alternativa está errada, já que os membros das juntas não são indicados pelo juiz eleitoral.

B - a expedição de diplomas aos eleitos para cargos municipais é da competência das juntas eleitorais. Por conseguinte, essa alternativa está errada.

C – o STF não faz parte da composição da Justiça Eleitoral. Logo, essa é a alternativa correta.

D – de acordo com a CF, o Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, essa assertiva está equivocada.

E – para os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, o alistamento e o voto são proibidos. Desse modo, essa alternativa está errada.

QUESTÃO 42 - Assinale a opção correta a respeito da prestação de contas de campanha eleitoral e da prestação de contas partidárias.

- A) Em eleição majoritária, a prestação de contas de candidato terá de ser feita pelo próprio candidato.
- B) A prestação de contas de candidato participante de eleição proporcional deverá ser feita pelo comitê financeiro do partido.
- C) Caso esteja pendente processo judicial relativo às contas de candidato vitorioso, a documentação quanto a elas só poderá ser destruída depois de cento e oitenta dias da diplomação.
- D) Nas eleições para prefeito de municípios com menos de cinquenta mil eleitores, a prestação de contas será feita por sistema simplificado, desde que os gastos sejam inferiores a vinte e cinco mil reais.
- E) Eventual sobra de valores ao final de campanha eleitoral deve ser declarada na prestação de contas e, após julgados todos os recursos, devolvida ao candidato.

Gabarito: A

Comentários

Vamos à análise das alternativas:

A – de acordo com a Lei das Eleições, as prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas pelo próprio candidato, devendo ser acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha e da relação dos cheques recebidos, com a indicação dos respectivos números, valores e emitentes. Dessa forma, essa é a alternativa correta.

B – Não existem mais comitês financeiros. Com efeito, assim como nas eleições majoritárias, nas eleições proporcionais, as contas são prestadas pelo próprio candidato. Logo, essa assertiva está incorreta.

C – Em regra, até cento e oitenta dias após a diplomação, os candidatos ou partidos conservarão a documentação concernente a suas contas. Entretanto, estando pendente de julgamento qualquer processo judicial relativo às contas, a documentação a elas concernente deverá ser conservada até a decisão final. É vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para seus membros.

D – Nas eleições para Prefeito e Vereador de Municípios com menos de cinquenta mil eleitores, independentemente dos valores arrecadados e gastos pelos candidatos, a prestação de contas será feita sempre pelo sistema simplificado. Desse modo, essa assertiva está incorreta.

E – Se, ao final da campanha, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deve ser declarada na prestação de contas e, após julgados todos os recursos, transferida ao partido. Por conseguinte, essa assertiva está incorreta.

QUESTÃO 43 - Com relação a partidos políticos, assinale a opção correta.

- A) O partido político é pessoa jurídica de direito público destinada a assegurar a autenticidade do sistema representativo e a defesa dos direitos fundamentais.
- B) Em ano de eleição, é facultado ao partido político alterar, em seu estatuto, os prazos de filiação partidária.
- C) Apenas o eleitor em pleno gozo de seus direitos políticos pode filiar-se a partido.
- D) Para desligar-se do partido, o filiado tem de fazer comunicação escrita ao órgão de direção regional desse partido e ao tribunal regional eleitoral.
- E) Com o registro do estatuto do partido no registro civil das pessoas jurídicas fica-lhe assegurada a exclusividade de uso dos seguintes elementos identificatórios: denominação, sigla, símbolos e uniforme.

Gabarito: C

Comentários



Vamos à análise das assertivas:

A- os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado. Assim, essa alternativa está errada.

B – os partidos políticos somente podem aumentar o prazo de filiação partidária por meio de alteração de seu estatuto, desde que em ano não eleitoral.

C – Essa assertiva é a exata redação do art. 16 da Lei n. 9.096/95, motivo pelo qual está correta.

D – o cancelamento da filiação partidária por ato do filiado efetua-se a partir da comunicação ao juiz eleitoral. Não é exigível a comunicação ao partido político. Dessa forma, essa assertiva está errada.

E – É vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para seus membros. É vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para seus membros.

QUESTÃO 44 - Considerando as regras do TSE para o alistamento eleitoral e a transferência de domicílio eleitoral, assinale a opção correta.

A) Para comprovar o tempo de residência no novo local, o eleitor deve instruir o pedido de transferência de domicílio eleitoral com contas de luz ou outro documento equivalente.

B) Em ano de eleição, o menor que completar dezesseis anos de idade até a data do pleito poderá optar por alistar-se.

C) Estará sujeito a multa eleitoral o brasileiro naturalizado que não se alistar até um ano antes da data prevista para eleição.

D) O alistamento do analfabeto é facultativo, mas, uma vez que ele se aliste, seu voto será obrigatório.

E) Qualquer delegado de partido político pode recorrer do despacho que indeferir a transferência de determinado eleitor.

Gabarito: B

Comentários

Vamos à análise das assertivas:

A – A prova do tempo de residência no novo domicílio é feita por meio de declaração do próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, a qual deve ser presumida verdadeira. Assim, essa alternativa está errada.

B – É facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive. Assim, essa assertiva está certa.

C – O brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição. Por essa razão, essa assertiva está errada.

D – O alistamento e o voto do analfabeto são facultativos.

E – Do despacho que indefere o pedido de alistamento, somente o eleitor pode recorrer, no prazo de 5 dias. Por sua vez, do despacho que o defere, qualquer delegado de partido poderá recorrer, no prazo de 10 dias. Logo, essa assertiva está incorreta.

QUESTÃO 45 - Considerando as regras do TSE para a administração e a manutenção do cadastro eleitoral e assuntos correlatos, assinale a opção correta.

A) Via de regra, a revisão de eleitorado ocorre em ano eleitoral.

B) As relações de eleitores constantes do cadastro eleitoral, com dados como filiação e estado civil, serão acessíveis às instituições públicas e privadas, ressalvada a privacidade quanto ao endereço e telefone.

C) A outorga a brasileiro do gozo de direitos políticos em Portugal importará a perda desses mesmos direitos no Brasil.

D) Comunicada a perda de direitos políticos pelo Ministério da Justiça, a corregedoria-regional atualizará a situação das inscrições na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

E) A regularização da situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos não ocorre simultaneamente à cessação do impedimento.

Gabarito: E

Comentários

Vamos à análise das assertivas:

A – Não será realizada revisão de eleitorado em ano eleitoral, salvo em situações excepcionais, quando autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Assim, essa assertiva está errada.

B – Os dados personalizados do cadastro eleitorais, tais como, estado civil e filiação, não são públicos e, somente nas hipóteses expressamente previstas, poderão ser disponibilizadas. Dessa forma, essa alternativa está incorreta.

C – A outorga a brasileiros do gozo dos direitos políticos em Portugal, devidamente comunicada ao Tribunal Superior Eleitoral, importará suspensão desses mesmos direitos no Brasil. Logo, essa alternativa está errada.

D – Comunicada a perda de direitos políticos pelo Ministério da Justiça, a Corregedoria-Geral providenciará a imediata atualização da situação das inscrições no cadastro e na base de perda e suspensão de direitos políticos. Por conseguinte, essa assertiva está errada.

E – A regularização de situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos somente será possível mediante comprovação de haver cessado o impedimento. Nessa situação, haverá um requerimento do interessado. Portanto, essa é a alternativa correta.



QUESTÃO 46 - Com base no Código Eleitoral, assinale a opção correta relativamente a juízes, juntas e alistamento eleitoral.

A) Caberá a aplicação de multa ao juiz que deixar de anexar ao processo eleitoral o recibo do eleitor quanto ao título e documento que instruiu o requerimento de alistamento eleitoral.

B) A suspensão dos direitos políticos implica a suspensão do direito de voto, mas não o cancelamento do alistamento eleitoral.

C) Durante o processo de cancelamento do alistamento e até a exclusão, o eleitor não poderá votar.

D) Para o efeito da inscrição, é tido como domicílio eleitoral o lugar de residência do requerente, e, verificado ter este mais de uma, considerar-se-á domicílio a mais antiga.

E) As juntas eleitorais são compostas por um juiz de direito e dois ou quatro cidadãos de notório saber jurídico.

Gabarito: A

Comentários

Vamos à análise das assertivas:

A – De acordo com o Código Eleitoral, deferido o pedido de alistamento eleitoral, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruiu o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e à do recibo. Esse recibo será obrigatoriamente anexado ao processo





eleitoral, incorrendo o juiz que não o fizer na multa de um a cinco salários-mínimos regionais na qual incorrerão ainda o escrivão, funcionário ou preparador, se responsáveis bem como qualquer deles, se entregarem ao eleitor o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e do recibo ou o fizerem a pessoa não autorizada por escrito. Assim, essa é a alternativa correta.

B – A suspensão dos direitos políticos constitui uma das hipóteses de cancelamento da inscrição eleitoral. Desse modo, a alternativa está incorreta.

C – Durante o processo e até a exclusão pode o eleitor votar validamente. Logo, essa assertiva está incorreta.

D – Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas. Portanto, alternativa errada.

E – As juntas eleitorais são compostas por um juiz de direito e dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.

QUESTÃO 47 - Quanto aos tribunais regionais eleitorais (TREs), assinale a opção correta.

A) Os TREs não têm competência para responder às consultas em tese sobre matéria eleitoral feitas por partido político.

B) Compete aos TREs requisitar diretamente força federal, se isso for necessário ao cumprimento de suas decisões.

C) As decisões dos TREs sobre ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente serão tomadas com a presença de todos os seus membros.

D) As atribuições do corregedor-regional serão fixadas pelo TRE perante o qual servir e, supletivamente, pelo TSE.





E) Os TREs deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença de dois terços de seus membros.

Gabarito: C

Comentários

Vamos à análise das assertivas:

A – Compete aos TRE's privativamente aos TRE's responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político. Assim, essa assertiva está incorreta.

B – Compete, privativamente, ao TSE requisitar a força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem, e para garantir a votação e a apuração. Desse modo, essa assertiva está incorreta.

C – De acordo com as regras introduzidas pela reforma eleitoral de 2015, as decisões dos Tribunais Regionais sobre quaisquer ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros. Logo, essa é a alternativa correta.

D – Na verdade, as atribuições do Corregedor Regional serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir. Dessa forma, essa alternativa está incorreta.

E – Os Tribunais Regionais deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros. Dessarte, essa alternativa está incorreta.

QUESTÃO 48 - Acerca de partidos políticos, assinale a opção correta.

A) O partido político tem soberania para definir sua estrutura interna.





B) Filiados mais antigos podem ter mais direitos que os recentes, desde que assim seja previsto no estatuto do partido político.

C) Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral.

D) A ação do partido é exercida de acordo com seu estatuto e programa, podendo haver subordinação da agremiação a entidade estrangeira, desde que expressamente consignado em referidos documentos.

E) É vedada a fusão de partidos políticos.

Gabarito: C

Comentários

Vamos à análise das assertivas:

A – Os partidos políticos são dotados de autonomia. A República Federativa do Brasil tem por fundamento a soberania. Assim, essa alternativa está errada.

B – Os filiados de um partido político têm iguais direitos e deveres. Dessa forma, essa assertiva está errada.

C – Segundo a Lei dos Partidos Políticos, os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral. Assim, essa é a afirmação correta.

D – A ação do partido tem caráter nacional e é exercida de acordo com seu estatuto e programa, sem subordinação a entidades ou governos estrangeiros. Portanto, essa alternativa está incorreta.

E – É livre a fusão de partidos políticos. Logo, essa alternativa está incorreta.

QUESTÃO 49 - Quanto a registros de candidatos, assinale a opção correta.

- A) As causas de inelegibilidade são aferidas no momento do pedido de registro da candidatura, sendo vedada a alteração da decisão por alterações fáticas ou jurídicas supervenientes.
- B) É vedado ao partido substituir candidato que for considerado inelegível após o termo final do prazo do registro.
- C) Para solicitar à justiça eleitoral o registro de seus candidatos, os partidos políticos terão até as dezenove horas do dia trinta de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- D) Entre outros documentos, o pedido de registro de candidato à justiça eleitoral deve ser instruído com declaração de bens assinada pelo candidato.
- E) Apenas partidos políticos podem solicitar registro de candidatos.

Gabarito: D

Comentários

Vamos à análise das assertivas:

A – As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade. Assim, essa alternativa está errada.

B – É facultado ao partido ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado. Logo, essa alternativa está errada.



C – Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. Dessa forma, essa alternativa está incorreta.

D – O pedido de registro deve ser instruído, dentre outros, com os seguintes documentos: declaração de bens, assinada pelo candidato. Portanto, essa é a alternativa correta.

E – Os candidatos, em caso de omissão de suas agremiações partidárias, também podem fazer o pedido de registro de candidatura. Dessarte, essa alternativa está incorreta.

QUESTÃO 50 - Com base na legislação que rege as eleições, assinale a opção correta.

A) As normas para a escolha dos candidatos e para a formação de coligações estão estabelecidas taxativamente na lei, em numerus clausus.

B) O requisito de idade mínima de dezoito anos como condição de elegibilidade é verificado tendo por referência a data da posse no cargo pretendido.

C) Os partidos políticos dentro da mesma circunscrição podem celebrar coligações para eleição majoritária, para eleição proporcional ou para ambas.

D) Nas eleições majoritárias, consideram-se válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias.

E) Candidatos filiados a qualquer partido podem inscrever-se nas chapas de coligação.

Gabarito: C

Comentários

Vamos à análise das assertivas:



A – As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido. Logo, essa assertiva está incorreta.

B – A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro. Assim, essa assertiva está incorreta.

C – É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário. Logo, essa é a alternativa correta.

D – Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias. Desse modo, essa alternativa está incorreta.

E – Na chapa da coligação, podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante. Portanto, essa alternativa está incorreta.



Weslei Machado - Analista Judiciário – Área Judiciária do TSE, cedido ao TJDF; Assessor de Desembargador no TJDF; Especialista em Direito Constitucional – IDP; Professor de diversos Cursos Preparatórios para concursos em Brasília; Professor e Assessor do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília; Professor de Direito Eleitoral do Curso ATAME e do IDP; aprovado em 3º lugar no concurso público para Promotor de Justiça do MPE/AM, aguardando nomeação.

[Gran Cursos Online](#)